

ECONOMIA

Governo faz devassa nas micro

Sarney quer derrubar anistia no segundo turno de votações

GUIOMAR CAMPELO
Da Editoria de Economia

O Governo vai jogar todo o seu peso político para tentar derrubar no segundo turno da Constituinte as emendas que aumentam os gastos da União, com ênfase especial à anistia da correção monetária para as micro e pequenas empresas que contrataram empréstimos durante o Plano Cruzado. Se não conseguir, já tem um esquema montado para recuperar o "rombo" causado aos cofres públicos. Antes de viajar para a China, o presidente José Sarney determinou aos ministros da área econômica, particularmente à Secretaria da Receita Federal, que promovam uma devassa fiscal na vida dos empresários beneficiados com a decisão da Constituinte.

O elenco de medidas destinadas a garantir o sucesso da política de redução do déficit público e de controle da inflação, além da suspensão dos recursos para os produtores agrícolas, nas linhas de crédito de custeio e investimento, e de financiamentos orçamentários para as pequenas e médias empresas urbanas, passa ainda pela suspensão, por 90 dias, de qualquer empréstimo via crédito subsidiado para todos aqueles que requererem dispensa do pagamento da correção monetária.

No espaço entre a decisão da Constituinte e o seu embarque para Pequim, o presidente da República analisou detidamente com os ministros da área econômica e com os chefes do Gabinete Civil e do SNI, ministros Ronaldo Costa Couto e Ivan de Souza Mendes, respectivamente, a linha a ser adotada pelo Palácio do Planalto para enfrentar o rolo compressor dos constituintes que, na opinião do Governo, criaram, com as medidas aprovadas, uma situação de ingovernabilidade do País, com reflexos a curto prazo na área econômico-financeira, que põem em risco todo o programa de ajuste da economia adotado a partir do congelamento da URP (Unidade de Referência de Preços) para os servidores da administração direta e indireta.

O Presidente, com apoio dos serviços de informação, determinou que a Receita Federal examinasse a fundo as contas de todos os empresários beneficiados com a anistia da correção monetária nos débitos assumidos no Plano Cruzado. Além de ter certeza de que a maioria dos empresários não investiu em programas de crescimento de suas empresas, o Governo concluiu que muitos deles aplicaram o dinheiro no mercado financeiro e também na especulação com o dólar no mercado paralelo. "Formaram-se verdadeiras fortunas com o dinheiro público", afirmou um assessor do presidente da República.

O trabalho da Receita Federal será o de localizar onde estão essas fortunas e, a partir daí, procurar recuperar o dinheiro público até por medidas judiciais, se for o caso. A promessa é de que o cerco será implacável e a punição rigorosa para os empresários que se apoderaram dos recursos do Tesouro Nacional para aplicá-los indevidamente.

GOVERNADORES

Na análise feita após a decisão da Constituinte, o presidente José Sarney e seus ministros chegaram também a outra conclusão que deixou todos aborrecidos e desconfiados da eficiência do esquema de sustentação política que o Governo montou para atuar na Constituinte: a maioria dos governadores, apesar das promessas de apoio, não sensibilizaram suas bancadas de deputados e senadores com vistas à rejeição das medidas consideradas prejudiciais, especialmente a anistia da correção monetária. E dos que procuraram realizar algum trabalho, na hora decisiva "fizeram corpo mole", e o resultado foi o que se viu.

A irritação do Presidente, segundo esse assessor, decorre da falta de visão política dos governadores, pois a maioria se comprometeu a apoiar as medidas de ajuste da economia pelos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, que, inclusive, fizeram várias concessões aos chefes dos executivos estaduais quanto à extensão dos cortes de recursos que todos sofreriam, com resultados negativos junto às suas comunidades. A intenção do Palácio do Planalto é voltar a fechar o cerco financeiro aos estados cujos governadores não acompanharam o esforço do Governo na execução da política fiscal.

ARQUIVO



Ivan Mendes, do SNI, ajudará a investigar o destino dos empréstimos do Cruzado

Constituinte gerou muita dor de cabeça

As decisões do segundo turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte são aguardadas com ansiedade pelas autoridades econômicas. Anistia aos microempresários e pequenos agricultores, juros de 12 por cento ao ano, licenças maternidade e paternidade, salário-férias, redução da jornada de trabalho e direito de greve representam novos complicadores para o quadro econômico em crise.

E praticamente certo que prejuízo da anistia, somado ao pagamento das aposentadorias atrasadas com correção, imporão um rombo financeiro de Cz\$ 800 bilhões a Cz\$ 850 bilhões, no mínimo, ao caixa do Tesouro, superando todas as economias que foram feitas com o congelamento da URP para os funcionários públicos nos meses de abril e maio. A Previdência Social já está padecendo das dificuldades decorrentes da estagnação econômica e mais desembolsos para o pagamento dos atrasados corrigidos pela correção monetária pressionam ainda mais suas finanças.

Os juros de 12 por cento, se confirmados pela Constituinte, são temidos pelos técnicos do Ministério da Fazenda, porque acreditam que os bancos não cumprirão essa determinação, e cobrarão paralelamente o custo do dinheiro, que ficará mais caro na captação do que na aplicação. Enquanto a inflação se mantiver nos elevados patamares atuais, dificilmente será possível cumprir a determinação da Constituinte. Ela estará agindo contra a realidade da economia, dominada, atualmente, pela especulação, graças à disparada dos preços.

Fazenda enfrenta pressão constante

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

Anistia aos microempresários e pequenos agricultores, pagamento dos salários dos aposentados com correção monetária, aumento do custo da dívida pública interna, novas contratações de funcionários públicos, pressões dos governos estaduais, eleições municipais e possível aprovação do limite de 12 por cento para as taxas de juros, tudo isso conspira contra o esforço do Governo de conter o déficit público e a inflação nos limites acertados com o Fundo Monetário Internacional, respectivamente, 4 por cento do produto interno bruto, e 600 por cento, este ano.

PESSIMISMO

No Ministério da Fazenda,

os técnicos estão pessimistas com o acúmulo das pressões, e temem que os fatores políticos, principalmente a partir do segundo semestre, poderão se sobrepor aos argumentos técnicos, impedindo a execução do orçamento indexado montado pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Durante a reunião do Conselho Monetário Nacional, na quarta-feira, o ministro Mailson da Nóbrega, pediu ao diretor do departamento econômico do Banco Central, Silvio Rodrigues, para explicar como está o controle do déficit e o que ele disse deixou a todos preocupados.

De janeiro a maio, afirmou o diretor do Banco Central, foi possível conter o déficit dentro das previsões do Governo. Projetando-o anualmente,

disse, nos quatro primeiros meses do ano, o déficit registrou 4,1 por cento do Produto Interno Bruto, ou seja, ultrapassou levemente a previsão oficial. A partir de abril, melhorou a performance das contas públicas, "mas será muito difícil manter tal meta". As decisões da Constituinte lançam uma sombra sobre as expectativas do Governo de cumprir os objetivos traçados no orçamento. Outro perigo: o comportamento da dívida pública interna, que ficará mais cara com a nova política monetária, com o aumento das taxas de juros. E quanto à dívida externa, Mailson está muito preocupado com as resistências ao acordo que assinou com os credores especialmente que ele seja bombardeado pelos opositores: a aliança do novo PMDB com o PSDB.

Assalariado paga mais

O contribuinte pode se preparar para pagar a conta da anistia. O alerta que o Governo deu inúmeras vezes foi reiterado novamente pelas autoridades econômicas. E a única saída para evitar que o aumento dos gastos do Tesouro rompa o compromisso assumido com o Fundo Monetário Internacional de manter o déficit público na casa dos 4 por cento do Produto Interno Bruto.

Aumentar o imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas e criar um empréstimo compulsório, segundo o ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, serão as últimas opções de que o Governo lançará mão, embora abertamente cogitadas por todos os técnicos do Ministério da Fazenda. As empresas, naturalmente, se forem adicionalmente taxadas, repassarão o custo pa-

ra os preços. Somente o assalariado não dispõe de liberdade para se proteger e pagará a conta duas vezes — com o aumento dos preços, através da inflação, que reduz salário, e do desconto maior do IR na folha de pagamento.

O comércio e a indústria sairão igualmente prejudicados, porque a redução do salário do contribuinte classe média contribuirá para reduzir ainda mais o consumo. O presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Abram Szajman, divulgou estatísticas demonstrando que o poder aquisitivo de quem ganhava 100 dólares há dez meses caiu 60 por cento. A tendência, segundo ele, é o quadro piorar ainda mais nos próximos meses porque o ajuste econômico colocado em prática pelo Governo para atender ao FMI não abre espaço nenhum à recuperação do poder de compra

dos assalariados, pelo contrário

Igualmente sofrerá as consequências o caixa do Tesouro, com a redução do salário devido à taxa extra praticada pelo leão do imposto de renda. Se por um lado o Tesouro recuperará parte do prejuízo provocado pelo rombo gerado pela anistia aos microempresários e pequenos agricultores, de outro, com o poder aquisitivo em queda, haverá redução da arrecadação, decorrente da diminuição das vendas do comércio e da indústria. O quadro que o ministro Mailson da Nóbrega pintou na última reunião do Conselho Monetário Nacional, de que a economia estagnada está próxima da hiperinflação, não sofrerá nenhum alívio em face da última decisão da Constituinte. Ao contrário, tende a se agravar.